



Corrente Proletária ESTUDANTIL



#11 NOV/2011 2ª edição

www.pormassas.org - estudantil@pormassas.org

A ditadura militar voltou na USP: Tropa de Choque desocupa reitoria e prende estudantes

É preciso responder com mobilização: paralisação de todos os cursos! Todos aos protestos contra a repressão! Organizar a greve geral dos que estudam e trabalham contra a militarização da universidade!

Por volta das cinco horas da manhã do dia 08/11/11, a Tropa de Choque, com 400 PMs, invadiu a USP, cercou a reitoria e os prédios da moradia estudantil, desocupou a reitoria e prendeu 73 estudantes. Isto poucas horas depois de, em entrevista, o comandante da polícia ter afirmado que não haveria entrada da polícia na USP neste dia, e ter acontecido uma assembleia estudantil com cerca de 600 presentes, que discutiram e rejeitaram a “proposta” da reitoria, que consistia na saída incondicional dos estudantes da ocupação, formação de comissões para “aperfeiçoar” o convênio USP/PM, fazer uma “revisão seletiva” de quem seria punido pelos processos em curso, e nas entrelinhas, da promessa de punição por processo criminal a alguns estudantes.

É preciso dar uma resposta imediata e geral à militarização da USP. Cabe às organizações de estudantes, funcionários e professores convocarem imediatamente e em todas as salas de aula a paralisação de todos os cursos, a participação nos protestos contra a invasão do campus pela PM e a organização de uma greve geral dos que estudam e trabalham, com as reivindicações centrais de fora a PM da USP e fim dos processos contra estudantes e trabalhadores, e, agora, nenhuma punição aos lutadores que ocuparam a reitoria em defesa da autonomia universitária.

A repressão aumenta em todo o mundo

A entrada da Tropa de Choque na USP corresponde a um aumento geral da repressão aos movimentos sociais no país. A crise capitalista empurra os capitalistas e seus governos a agirem ofensivamente contra as condições de vida e trabalho das massas. Os oprimidos respondem com sua mobilização, com os métodos da luta de classes: manifestações e bloqueios de ruas, ocupações, greves. Temos assistido em nível mundial essa nova etapa na luta de classes: mobilizações multitudinárias em vários países, contra as medidas de descarrego da crise sobre os explorados, e intransigência e repressão aos movimentos por parte dos

governos e capitalistas.

No caso do Brasil, tem sido muito utilizada a legislação anti-greve e a repressão aberta. Os trabalhadores são obrigados a fazer “meia greve”, mantendo as coisas funcionando; são intimados pela justiça a voltar ao trabalho passando por cima das decisões de suas assembleias, e isso sob o aval de direções sindicais. Professores e operários têm sido duramente reprimidos em suas greves (Fortaleza, Minas Gerais (professores massacrados pela repressão), prisões em Rondônia (UNIR) e Pernambuco (repressão aos trabalhadores em greve). A repressão na USP é parte de todo esse processo de aumento da repressão no país.

Repressão a serviço da privatização e elitização, e contra a autonomia universitária

O convênio USP/PM é apresentado como remédio para o aumento da criminalidade na universidade. E a ação repressiva da polícia é justificada com um suposto combate ao uso de drogas. A imprensa reacionária faz uma grande campanha acusando o movimento de ser em defesa do privilégio de alguns fumadores de maconha.

Para piorar a situação, direções dos professores (Adusp) e estudantes (DCE) caíram na conversa do governo e se dispuseram a “discutir” a segurança e a atuação da polícia no interior da universidade, apoiando a confusão gerada pelo governo, reitoria e imprensa.

O fato é que o uso de maconha e o aumento da criminalidade (que é geral na sociedade e é consequência da desintegração do sistema capitalista) são pretextos para o que de fato se realiza: aumento da repressão sobre os movimentos que se colocam contra a privatização e elitização da universidade, uso da presença da polícia como uma espécie de terceirização da vigilância da USP, criação de uma imagem de falsa segurança para uma elite que vem estudar ou aproveitar as parcerias de uso privado do campus (academias, eventos de empresas etc.).

Não cabe aos que estudam e trabalham ficarem discutindo como a burocracia autoritária imporá sua repressão e um dos aspectos de sua política privatista e elitista. Cabe sim se organizarem para lutar contra a repressão e a política do reitor-interventor (governo).

O que está de fato em jogo é a defesa da autonomia universitária e de seu caráter público e gratuito. Rodas é uma marionete do governo do PSDB, que tentou em 2007 impor, através de decretos, um maior controle do governo sobre a universidade e sua política privatista. Naquele momento, foi derrotado pela greve e ocupação da reitoria. Depois, tem implantado essa mesma política por partes, sem encontrar uma resistência geral organizada pelos que estudam e trabalham. O convênio com a PM colocou de forma mais geral um aspecto dessa política, e a ação da PM precipitou, apesar e contra a política das direções, uma resistência por meio da mobilização.

Ressaltamos o heroísmo da vanguarda, que ultrapassou as direções e conseguiu impulsionar e expressar um movimento que jamais se deixou levar por bandeiras distraçionistas e manteve firme a defesa da expulsão da polícia da universidade e fim dos processos contra estudantes e trabalhadores (apesar de remar na contramão de uma violenta campanha dos meios de comunicação e de traições de dirigentes e de correntes ditos de esquerda). Mas alertamos que essa experiência prova justamente a necessidade de construção de uma direção para o movimento estudantil, de luta e independente da burocracia, dos governos e da burguesia. A direção atual cumpre um papel e ele tem sido não apenas de freio, mas de aberta traição.

A experiência com a atuação da direção do DCE consolidou uma frente única para disputar as eleições do DCE e expressar essa necessidade. Mas isso não é suficiente. O programa da frente expressa as atuais bandeiras do movimento, e não vão

além disso. Se de um lado trata-se de um passo progressivo, de outro, não resolve a necessidade de constituir uma direção política sobre a base de um programa que, para dar conta das necessidades do movimento e impulsioná-lo para o caminho da emancipação mais geral dos explorados, tem de ser o programa proletário.

A universidade sob o capitalismo é de classe, é burguesa e atende aos interesses da classe dominante que a maneja através da casta burocrática que administra autoritariamente. Para impor os interesses da minoria, tem de agir de forma autoritária, a estrutura de poder vai refletir essa necessidade e expressar a ausência de uma real autonomia universitária.

As reivindicações dos que estudam e trabalham os colocam a utilizar os métodos da luta de classes e sua forma organizativa, as assembleias gerais. O avanço da mobilização levará estudantes e trabalhadores a se organizarem e a colocarem em disputa quem de fato manda na universidade. Em

um certo grau da luta, estará colocada a destruição concreta da estrutura de poder atual e a construção do governo tripartite, subordinado à assembleia geral soberana de estudantes e trabalhadores. Isso levará à imposição da real autonomia universitária, que é a total aniquilação da ingerência dos governos e da classe dominante sobre a universidade. Mas isso ainda não resolve plenamente a questão. Trata-se de trabalhar para que se processe a transformação mais geral da sociedade em socialista, passando os meios de produção social para as mãos de quem trabalha, e assim também o poder político. Isso é a revolução proletária, que permitirá a transformação total da universidade pelos que a sustentam com seu trabalho, isto será feito em seu interior. Acabará a universidade de classe, burguesa, e em seu lugar haverá a nova universidade, que será para todos, será científica, unirá teoria e prática, estabelecerá conhecimento e ciência como algo ao alcance de todos e para a satisfação de suas necessidades e não mais

de uma minoria.

Pela libertação dos estudantes presos, nenhum processo, nenhuma punição

Diante do gigantesco aparato militar, da desocupação, das prisões e dos processos, trata-se de todas organizações estudantis, correntes políticas e democráticas serrarem fileira em defesa dos estudantes e da autonomia universitária. Essa é a forma de continuar a luta pela expulsão da polícia do campus e pôr fim aos processos contra funcionários e estudantes reprimidos por lutas anteriores. A ocupação e não aceitação de um acordo derrotista levantam bem alto a bandeira da autonomia e democracia universitárias.

Viva a luta estudantil pela expulsão da PM das universidades! Viva a autonomia e democracia universitárias!

Pela imediata libertação dos estudantes! Pelo fim de todos os processos contra os lutadores!

Pela destituição do Reitor policial!

Movimento Estudantil na UFBA

Há três meses os estudantes da Universidade Federal da Bahia realizaram assembleias, tirando um calendário de lutas com previsões de manifestações na frente da reitoria, aulas públicas e participaram da reunião do CONSUNI (Conselho Universitário). O movimento radicalizou-se ocupando por duas vezes a FAPEX (Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão), pressionando a burocracia universitária a atender as reivindicações pela redução do valor do RU, manutenção das bibliotecas, construção de novas moradias estudantis e creches, aumento do

número de bolsas, 10% do PIB e 50% do Fundo Social do Pré-sal para a educação. A reitoria, mais uma vez, respondeu de forma genérica. É preciso avançar para a defesa da expropriação sem indenização de toda a rede privada de ensino, porque a precarização da educação pública se explica pela política de Estado que favorece os interesses dos capitalistas de ensino e, por meio da burocracia universitária, implementa a privatização das universidades públicas.

Bahia: Luta pelos 10% do PIB para Educação

O Comitê Estadual pelos 10% do PIB para a educação realizou no dia 25/10 na FACED/UFBA uma aula pública sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) do Governo Dilma e a necessidade de investir 10% do PIB na Educação Pública já. O POR interveio defendendo os 10% do PIB como uma bandeira para mobilizar os estudantes, professores e trabalhadores da

educação e universidades, mas que deverá ser o ponto de partida para impulsionar a luta através dos métodos da ação direta (manifestações, marchas, greves, ocupações) pela estatização de todo o ensino privado e de combate à desnacionalização do ensino em nosso país, o que implica o confronto com a propriedade privada dos capitalistas da educação.

UEL na campanha pelos 10% do PIB para Educação

Muita desorganização e falta de compromisso tem sido a marca da atuação do PSTU no Comitê pelos 10% do PIB. A Corrente Proletária na Educação defende firmemente no interior do comitê a necessidade de se debater a resposta revolucionária à crise da educação, com a bandeira de transição de estatização, sem indenização, da rede privada de ensino e do enfrentamento à privatização interna das universidades públicas. Além disso, a Corrente tem se esforçado para que o Comitê ganhe as ruas na mobilização por mais verbas na educação, mas todas as atividades públicas do Comitê vão sendo desmarcadas

porque o PSTU não cumpre o que é decidido nas reuniões. Agora que sua direção nacional finalmente emitiu a orientação para o plebiscito, quem sabe eles se empenhem mais.

Para o plebiscito, na UEL, além da pergunta nacional: Você é a favor do investimento de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na Educação Pública, já? A pergunta local será: Na UEL, o processo de privatização da educação nasce por meio de cobranças de taxas para documentos, implementação de cursos pagos e financiamento de projetos por parte de instituições privadas, entre outros, você concorda?

Unesp-Rio Preto e a falta de estrutura

O problema de infraestrutura do campus de São José do Rio Preto da UNESP é latente. O restaurante universitário oferece apenas 300 refeições, ou seja, não serve refeição a todos, mas apenas aos primeiros a chegar. A moradia estudantil atende uma pequena parcela dos estudantes, ao ponto de até o diretor dizer que há falta de moradias. O curso de Química foi quebrado em dois novos cursos, sem sequer ter aumento no número de vagas ou de professores. Agora matricula-se no curso e após dois anos, através de um sistema de ranqueamento de desempenho acadêmico, escolhe-se ou licenciatura ou bacharelado em Química, não sendo possível cursar ambos.

Defendemos a total garantia de infraestrutura para todos os estudantes. Restaurante e moradia são essenciais para garantir o direito à educação. A criação ou modificação dos cursos, desde a grade curricular até o número de professores, devem ser discutidas e decididas pelos estudantes, através de seu fórum legítimo, que é a assembleia. Cabe a burocracia acadêmica apenas acatar e garantir as demandas estudantis.

USP – ELEIÇÕES PARA O DCE

Esquerdas formam chapa unitária para expressar a política do movimento!

As esquerdas, POR, MNN, LER-QI, PCO, PRAXIS e autonomistas, se unificam numa chapa para concorrer à direção do movimento da USP. Essa é uma vitória do movimento que sai fortalecido diante da presença e da forte repressão da PM na universidade que se deu no dia 27 de outubro quando, sob balas de borracha, gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral, os estudantes heroicamente resistiram e ainda resistem em condições adversas de um final de semestre, sem uma greve geral deflagrada, fazendo da atual ocupação da Reitoria uma trincheira de luta em defesa da universidade, que deve ser pública, gratuita, sem qualquer tipo de ingerência do Estado burguês, que intensifica a presença de seu braço repressor na universidade para proteger a classe dominante.

É uma vitória do movimento porque conseguiu ultrapassar a barreira imposta pela política antidemocrática e colaboracionista com a burocracia universitária da atual gestão do DCE (PSOL), que ao longo de um ano agiu como bombeiros apagando os poucos focos de mobilização que surgiram na universidade, como na EACH e em Lorena. Esse movimento se incorpora à luta mundial, aos levantes do norte da África e Oriente médio, na Europa, na América Latina, em que o movimento estudantil tem atuado como ponta lança das mobilizações. Mas esses mesmos movimentos têm enfrentado duras derrotas, principalmente devido a uma aprofunda crise de direção, e é nesse sentido que a unidade das esquerdas dá um passo na superação dessa crise.

A unidade dessa frente está centrada por um eixo extremamente politizado, não há qualquer vestígio de corporativismo econômico, estamos nos chocando com uma política de repressão que é geral. Dentro da universidade o aumento da repressão expressa uma maior ofensiva nas medidas de precarização e privatização, e que ataca os movimentos por resistirem a essas medidas e lutarem em defesa da universidade.

A educação hoje reflete a sociedade de classes em que a maioria da juventude

é impedida de concluir seus estudos, em que a presença da polícia no campus cria uma falsa sensação de segurança à elite cada vez mais majoritária para dentro dos muros da universidade. Essa política de privatização expressa a decomposição do capitalismo que necessita atacar os setores de serviço, como a educação, para valorizar seu capital.

A pauta que unifica essa frente em última instância questiona o próprio capitalismo, que necessidade se armar e fazer valer por meio da força a imposição da vontade de uma minoria sobre a maioria. O braço armado do Estado serve à manutenção da propriedade privada dos meios de produção, que na atual conjuntura, reprime as massas em cujos ombros é despejada a crise do capitalismo.

A burguesia já não mais cumpre um papel progressivo como cumpriu historicamente ao se opor aos entraves do sistema feudal ao desenvolvimento do capitalismo, em que uma de suas bandeiras foi a democratização da educação. Essa reivindicação estava intimamente relacionada à necessidade de desenvolver as forças produtivas, mas hoje essa realidade não é mais concreta, porque contraditoriamente seu maior desenvolvimento levará às crises de superprodução, como a que presenciamos.

Os momentos de crise também são momentos de revoluções e contra revoluções, são momentos de saltos da consciência organizativa das massas, por meio das necessidades concretas, que diante das duras repressões tomam as ruas em defesa de suas vidas que diariamente são consumidas pelo imperialismo. O desenvolvimento do capitalismo traz em si o germe de sua decadência.

A grande derrota do PSol e PSTU, freios do movimento

A unidade numa frente de esquerda, fruto do movimento pelo Fora PM da USP, representa uma grande derrota do PSol e PSTU que servem de tentáculos da burocracia acadêmica para impedir e por fim a qualquer suspiro de mobilização.

A gestão do DCE, dirigida pelo PSol, se colocou ao longo de todo o ano à revelia e acima do movimento, a

serviço da classe dominante, com uma política antidemocrática, substituindo as assembleias pelos CCA's, onde é maioria, podendo fazer valer a sua política.

A atuação do PSol, cujos rastros são seguidos pelo PSTU (numa postura oportunista, eleitoreira e subserviente), se mostrou das mais traidoras na história do movimento estudantil na USP, ao “vestir a farda” e viabilizar a coerção aos três estudantes que foram apreendidos pela PM, e por escoltá-los até o camburão. Essa imagem ficará para sempre registrada da memória do movimento. Os integrantes da atual gestão do DCE romperam a barreira de classe e devem ser expulsos do movimento, não apenas perderem seus mandatos, mas serem impedidos de militar no movimento estudantil.

O movimento impõe a distinção entre aqueles que lutam em defesa da universidade e entre aqueles que colaboram e agem concretamente para a sua destruição. É nesse sentido que o PSol e PSTU deram voz e expressão à direita. Apoiou-se nessa fração para impor a derrota ao movimento, mas foram vencidos. O prédio de administração da FFLCH foi desocupado, mas ocupamos a Reitoria.

Esses partidos são contra a democracia estudantil e aos métodos de ação direta, como as ocupações, greves etc. porque não querem se submeter às deliberações do movimento, ou se colocar em choque com as frações mais conservadoras.

Do ultimatismo ao reconhecimento da força do movimento

A LER-QI, desde as primeiras reuniões para a formação de chapa, impôs uma série de obstáculos à unidade, numa postura ultimata. Um possível racha da LER nos enfraqueceria, pois compareceríamos frente aos estudantes fragmentados. Como pedir aos estudantes que apóiem e se incorporem à luta, se aqueles que já participam do movimento não conseguem sequer chegar a um entendimento para formar uma chapa para o DCE? A força do movimento fez com que mudassem sua postura.

Princípio do autofinanciamento: Contribua para o financiamento do Boletim Nacional da Corrente Proletária Estudantil. Ajude a viabilizar a continuidade da divulgação da política proletária no seio do movimento estudantil.

UFABC: Levantar a luta pelo Restaurante Universitário

O último CONSUNI (Conselho Universitário) da Universidade Federal do ABC, ocorrido em outubro de 2011, tinha como um dos pontos de discussão o aumento do preço do RU. O DCE divulgou amplamente com cartazes pelo campus de Santo André às vésperas do conselho. A atuação do DCE não deveria se restringir

a participação no conselho, que inclusive foi convocada às pressas. A direção do movimento deve organizar os estudantes por meio da democracia estudantil, fazendo das assembleias os fóruns de ampla discussão, deliberação democrática e ação unitária. A participação no CONSUNI deveria ser para levar a pauta do coletivo dos estudantes. A

conquista de uma gestão pública do RU da UFABC, como parte do direito à educação, só será possível quando os estudantes se levantarem com os métodos de ação direta, que devem ser impulsionadas pela direção do DCE em Assembleias Geral Universitária, com participação dos três setores (estudantes, funcionários e docentes).

UEL/Londrina: Sem programa, estudantes ficam à deriva diante do ENADE

A impotência dos estudantes da UEL diante do ENADE, Exame Nacional de Cursos, revela a urgência de um programa para o movimento estudantil. O caso mais explícito foi o da Ciências Sociais. O Centro Acadêmico, dirigido pelo PSTU, PSol e independentes não preparou a discussão sobre o ENADE. Os professores, transmitindo as pressões do MEC utilizaram todos os recursos para coagir os estudantes. Vieram com a ladainha de que se houvesse o boicote, o curso sofreria com corte de verbas, redução de vagas e até fechamento.

A Corrente Proletária na Educação interveio de fora com um boletim esclarecendo o vínculo do ENADE com a política privatista para o ensino superior. O ENADE é a continuidade do Provão, criado sob as orientações dos organismos do imperialismo. A “aferição” da qualidade por meio do Estado pisoteia a autonomia universitária. Além disso, é um mecanismo para justificar a destinação de verbas para as universidades privadas. Mais do que isto, a Corrente denunciou as mentiras contadas pelo Colegiado de Ciências Sociais.

No movimento Estudantil o PSTU foge da definição programática,

se contenta em elencar bandeiras desconexas. Não ter um programa permite seus ziguezagues. O PSol tenta ressuscitar o já surrado programa reformista do PT. Por isso, estas são direções impotentes para livrar os estudantes dos governistas que estão no DCE (PT/PCdoB) e dos ataques dos governos e burocracia universitária. O programa é uma explicação da realidade, com as tarefas que podem nos levar à transformação desta realidade. Um programa revolucionário faz o vínculo das questões mais específicas com a defesa da revolução e ditadura proletárias, sendo o movimento estudantil parte dessa revolução e por isso deve estar submetido ao programa proletário.

Ao longo deste ano insistimos que temos que colocar como eixo central na Universidade a luta contra a privatização e mercantilização do ensino e pela estatização da rede privada de ensino, sem indenização, pela constituição de um sistema único público, gratuito, laico, autônomo e vinculado à produção social. Se tivéssemos este programa enraizado no movimento estudantil, o boicote seria apenas uma consequência. Sem o programa, os estudantes ficam à deriva, sujeitos a se abraçarem às bóias lançadas pelo governo e pela burocracia universitária.



Crise e Revolução

Excertos de “Aonde vai a França?”, de Leon Trotsky - parte III

Continuamos a publicação de trechos da obra escrita em um quadro de desintegração da economia europeia pós 1929, momento em que se aguçava a luta de classes, com a perigosa ascensão do fascismo. Trotsky alertava para a necessidade de ajustar a tática frente à situação, que caracterizava como pré-revolucionária, diferente das orientações da III Internacional stalinizada que dizia que a situação “não era revolucionária”.

III. FATALISMO E MARXISMO

O revolucionário proletário deve compreender, ante tudo, que o marxismo, única teoria científica da revolução proletária, nada tem em comum com a espera fatalista da “última” crise. O marxismo é, por sua própria essência, um guia para a ação revolucionária. (...) Não há nenhuma crise que possa ser, por si mesma, “mortal” para o capitalismo. As oscilações da conjuntura criam somente uma situação na qual será mais fácil ou mais difícil ao proletariado derrocar o capitalismo. A passagem da sociedade burguesa à sociedade socialista pressupõe a atividade de pessoas vivas, que fazem sua própria história. Não a fazem por azar nem segundo sua vontade, mas sim sob a influência de causas objetivas determinadas. Entretanto, suas próprias ações – sua iniciativa, sua audácia, sua devoção ou, pelo contrário, sua estupidez e sua covardia – entram como elos necessários na corrente do desenvolvimento histórico.

Ninguém enumerou as crises do capitalismo nem indicou de antemão qual delas será a “última”. Mas toda nossa época e, sobretudo, a crise atual, ditam

imperiosamente ao proletariado: Tome o poder! Se o partido operário, apesar das condições favoráveis, se revela incapaz de levar o proletariado à conquista do poder, a vida da sociedade continuará, necessariamente, sobre bases capitalistas; até uma nova crise ou uma nova guerra; quem sabe, até o desmoronamento completo da civilização europeia.

A “ÚLTIMA” CRISE E A “ÚLTIMA” GUERRA

A guerra imperialista de 1914-18 representou também uma “crise” na marcha do capitalismo e, por certo, a mais terrível de todas as crises possíveis. Em nenhum livro se previu que essa guerra seria a última loucura sangrenta do capitalismo ou não. A experiência da Rússia demonstrou que a guerra poderia ser o fim do capitalismo. Na Alemanha e Áustria, a sorte da sociedade burguesa dependeu inteiramente em 1918 da socialdemocracia, mas este partido revelou ser o servente do capital. Na Itália e na França, o proletariado poderia ter conquistado o poder ao fim da guerra,

mas não tinha à sua frente um partido revolucionário. Em uma palavra, se a Segunda Internacional no momento da guerra, não tivesse traído a causa do socialismo para aderir ao patriotismo burguês, toda a história da Europa e da humanidade se apresentaria hoje de uma maneira completamente distinta. Evidentemente, o passado não é reparável. Mas se pode aprender as lições que nos deixa.

A frase: esta crise não é ainda a “última”, não pode ter mais que um sentido: apesar das lições da guerra e das convulsões do pós-guerra, os partidos operários ainda não haviam sabido se preparar e nem preparar o proletariado, para a tomada do poder; pior ainda, os chefes desses partidos não veem sequer até agora a própria tarefa, fazendo-a cair no “desenvolvimento histórico”, no lugar de neles mesmos, no partido e na classe. O fatalismo é uma traição teórica contra o marxismo e a justificativa da traição política contra o proletariado quer dizer a preparação de uma nova capitulação ante uma nova “última” guerra.